



CURITIBA



CURITIBA S.A.

Folha nº 42
DP4 - Curitiba S.A.
Rubrica: 19

PROTOCOLO 01-044668/2020

PARECER Nº 031/2022

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2022
— ANÁLISE DOS ATOS REALIZADOS
NO PROCESSO LICITATÓRIO —
ALIENAÇÃO DE BEM IMÓVEL -
REGULARIDADE CONSTATADA.

A Comissão Permanente de Licitação – CPL solicita análise acerca da legalidade dos atos executados durante as fases do processo licitatório referente à Concorrência Pública nº 001/2022, cujo objeto é a seleção de interessados na aquisição de imóveis de propriedade da Curitiba S/A.

No que tange a regularidade processual em si, o processo foi devidamente instruído com laudo de avaliação, autorização da Diretoria Executiva, indicação de gestor e suplente, publicação em portal eletrônico e diário oficial - atos do Município. Corretamente utilizada a modalidade prevista para alienação de bem imóvel pela legislação vigente.

Do mesmo modo, às fls. 19 há designação dos servidores Davidson José Moulepes para função de gestor do contrato a ser firmado com o vencedor do certame, no intuito de controlar e verificar o andamento regular da licitação e Marcus Vinicius dos Santos como seu suplente.

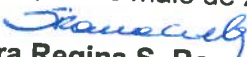
O Edital de Concorrência Pública nº. 001/2022 foi dada publicidade ao certame, conforme exige a lei 13.303/2016 e o RILC, principalmente no tocante as regras de participação, indicação do local em que os interessados poderiam ler e obter o texto integral do edital e todas as informações sobre a licitação, bem como respeitou os prazos legais para a modalidade em questão quanto ao o recebimento das propostas ou da realização do evento.

Aberta a sessão na data e horário designados, a CPL constatou que não houve comparecimento de nenhum licitante interessado, sendo assim considerou-se a licitação em questão como DESERTA, conforme observado às fls. 140.

Portanto, conclui-se que a CPL observou todos os requisitos de ordem legal, no que se refere à abertura de processo licitatório administrativo, autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização competente, a indicação de seu objeto e de suas especificações.

Assim, entende essa Supervisão Jurídica que o procedimento cumpriu todas as exigências legais, devendo o presente retornar à Comissão Permanente de Licitação para as providências necessárias.

Curitiba, 11 de maio de 2022 .


Sandra Regina S. Romaniello
Supervisão Jurídica
OAB-PR 18190